CRÓNICA

Breve História da Educação Especial: da segregação à inclusão (Parte III)

António Oliveira

A filosofia da "Escola Inclusiva" tem como princípio a valorização da diversidade, encarando-a como um factor enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem, procurando, deste modo, maximizar os recursos humanos e materiais existentes nas escolas e, desta forma, serem colocados ao serviço de todos os alunos, sem excepção.

Para Ainscow (1997), a escola inclusiva opõe-se ao conceito de escola tradicional, já que defende um ambiente de aprendizagem no qual a diferenciação pedagógica e curricular, são factores fundamentais na valorização das "diferenças" dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, face ao que alguns consideram a normalidade.

Acerca da importância da diferenciação pedagógica no processo de ensino da criança com NEE, Leite (2003) lembra que *"Se queremos uma "escola para todos" e não apenas para o tal "cliente ideal", temos de aceitar o desafio de prever e conceber diferentes processos e meios de ensinar, para que se criem condições onde todos se sintam reconhecidos, respeitados e dispostos a aprender..."*

Roldão (2003) considera que a execução da diferenciação curricular deverá ter em conta o modo de aprender e o contexto em que se situa cada aluno, a organização do ensino na sala de aula, atendendo a diversidade das situações de aprendizagem e a legitimidade social do conjunto de competências que estes serão portadores, posteriormente à sua "passagem" pela instituição escolar.

A diferenciação pedagógica efectiva, assente em princípios de flexibilidade do currículo, como afirma Tomlinson (2002), organiza-se como uma resposta proactiva do professor perante as necessidades individuais dos alunos, que poderão traduzir-se em alterações personalizadas dos conteúdos, dos processos e dos produtos de aprendizagem.

O aproveitamento positivo da diferença, pode significar a estruturação de condições que favoreçam a melhoria, não só do ambiente educativo, da actividade e participação dos alunos com dificuldades nos vários domínios do desenvolvimento humano, mas também, do próprio docente, já que a exigência em atender às necessidades educativas destes alunos poderá traduzir-se numa melhoria substancial do seu desempenho profissional e consequente enriquecimento da qualidade do sistema educativo.

Sailor(1991), referido por Turnbull, Shank e Leal (1995), refere que a inclusão apresenta seis pilares conceptuais imprescindíveis à exequibilidade desta filosofia educativa, nomeadamente:

a) Sempre que possível, todos os alunos devem aprender em escolas das localidades em que residem, considerando que será uma forma eficaz de promover a inclusão social da criança com NEE nas actividades/projectos desenvolvidos na sua comunidade local, bem como desenvolver sentimentos de identidade e pertença a um grupo de amigos;

b) A partilha da responsabilidade em educar as crianças com NEE por todos os professores de uma escola, de maneira a evitar situações de "gueto" ou marginalização destes alunos no seio da comunidade educativa. Assim, promover-se-á a convivência entre todas as crianças, de modo a que estas aprendam a lidar com a diferença e, progressivamente, sejam eliminadas atitudes ou concepções de estigmatização em relação à deficiência;

c) A erradicação de fenómenos de rejeição de alunos com NEEP em virtude da natureza ou grau da deficiência apresentada, deve ser um princípio obrigatório de actuação e funcionamento de qualquer escola;

d) Os alunos com NEE devem receber a sua aprendizagem em turmas do ensino regular, tendo em conta que a heterogeneidade das classes constitui um elemento facilitador da aceitação da diferença. Por outro lado, deve ser privilegiada a aprendizagem em contexto da sala de aula, junto de alunos da mesma faixa etária e com o professor titular de turma do aluno, beneficiando de recursos e materiais adequados às suas características educacionais bem como de metodologias e estratégias de ensino diferenciadas.

Nielsen (1999) refere que *"o facto de os alunos com NEE estarem colocados em meios educativos inclusivos lhes proporciona a oportunidade de interagir com outros indivíduos, o que resulta numa melhor preparação para a vida em sociedade."*

Relativamente a este aspecto, a conversão das escolas de Educação Especial em Centros de Recursos para a Inclusão vieram dar maior relevância à necessidade de que todos os alunos devem aprender juntos, indiferentemente das suas problemáticas físicas, desde que lhe sejam providenciados os serviços e os apoios necessários;

e) O desenvolvimento de estratégias educacionais assentes em modelos de ensino que fomentem o espírito de partilha, colaboração e cooperação entre pares, criando oportunidades e experiências de crescimento pessoal, que estimulem em simultâneo a formação cívica de todos os alunos;

f) Os serviços de Educação Especial devem focalizar a sua atenção e intervenção educativa, não apenas nos alunos com NEE, mas também naqueles, que por vezes revelam dificuldades ligeiras de aprendizagem ou como salienta Correia (1999), aqueles que apresentam problemas de integração social, resultantes de factores associados a famílias com problemas de toxicodependência, analfabetismo ou pobreza extrema.

As mudanças estruturais a realizar nas nossas escolas, como propõe a Declaração de Salamanca (1994), implicam que estas consigam responder às necessidades individuais de todos e, desta forma, incentivar e valorizar a participação de todos na construção de uma sociedade melhor.

Correia (1999), refere que o conceito de educação inclusiva, baseia-se na conjugação harmoniosa de um conjunto de princípios inseparáveis, tais como:

- Todos os alunos devem aprender juntos e em ambientes o mais inclusivos possíveis, indiferentemente da sua cultura, religião, classe social, idade, género, capacidades intelectuais e língua materna;

- Todos os alunos revelam potencialidades para desempenhar uma função na sociedade a que pertencem;

- todos os alunos devem beneficiar de serviços de apoio que contribuam para o seu sucesso académico, pessoal e social, nomeadamente: apoio educativo, serviços de saúde e segurança social;

- Todos os alunos devem beneficiar de uma educação ajustada às suas necessidades, capacidades, motivações, ritmos e estilos de aprendizagem, bem como de um currículo escolar, que seja adequado para uma transição eficaz para a vida activa.

- Todos os alunos devem ter a oportunidade de realizar actividades na comunidade envolvente, quer sejam de carácter profissionalizante, sociais ou de simples lazer.

Correia (2003) assinala outros aspectos de extrema importância na implementação do espírito da inclusão no sistema educativo, que passa obrigatoriamente, pela inclusão dos professores e dos pais neste processo. Assim, atendendo a premissas que dizem respeito aos alunos com NEE, devemos considerar que:

- Deve existir uma interligação estreita entre os profissionais de educação, pais dos alunos e a comunidade local que os acolhe, no sentido de serem estabelecidas linhas de colaboração/cooperação que permitam a partilha de decisões conjuntas sobre os recursos e apoios a disponibilizar aos seus educandos.

– Os apoios a prestar aos alunos com NEE devem ser disponibilizados, apenas e estritamente quando necessários e em ambiente normalizados, nomeadamente junto do seu grupo-turma. Nesta perspectiva, a publicação do Despacho Conjunto nº105/97, de 30 de Maio foi um contributo para que as escolas reunissem melhores condições de resposta a toda complexidade e diversidade de situações educativas, já que permitiu a organização de redes de apoio educativo por parte de docentes especializados em Educação Especial.

Cadima (1998) refere que os apoios educativos prestados nas escolas regulares, pretendem "garantir uma igualdade de oportunidades que permita o sucesso de todos os alunos...".

Assim, passaram a ser respeitados os seguintes aspectos:

– As escolas devem considerar os pais dos alunos com NEE como parceiros nas decisões a tomar sobre o percurso curricular dos mesmos, na implementação de metodologias que tenham significado efectivo, de modo a estimular o envolvimento dos alunos na aprendizagem, o desenvolvimento, participação e autonomia dos mesmos perante o futuro em sociedade;

– As estruturas estatais, concretamente ao nível do Ministério da Educação, deverão dispor de mecanismos que facilitem a aquisição de materiais ou a contratualização de serviços que respondam à diversidade da população com NEE que frequentam as escolas portuguesas.

Ainscow (1997) considera o conceito de escola inclusiva muito mais abrangente, do que o atendimento a alunos com Necessidades Educativas Especiais, ou seja, estes fazem "parte integrante dum processo mais vasto de aperfeiçoamento da escola...", já que este "espaço" onde se desenrola a acção educacional, deve congregar todos os alunos em geral e nenhum em particular.

Numa perspectiva de paralelismo teórico com este autor, Bénard da Costa (1996) propõe uma reformulação conceptual da escola actual, que implica garantir a educação e a justiça social para todos os que nela coexistem. Esta mudança dependerá de uma "transferência" efectiva da perspectiva educativa (centrada na criança) em que assentou durante anos a ideia de integração da criança com NEE, para uma perspectiva centrada no currículo.

in: Jornal "Terra Nostra" de 10/12/2010